

CAPÍTULO 6

ZELO E INTELIGÊNCIA: JOAQUIM RENATO BAPTISTA, “CABOUQUEIRO” DA MANUTENÇÃO MILITAR DE LISBOA (1855-1900)

Inês José

INTRODUÇÃO

Fundada em 1897, a Manutenção Militar de Lisboa foi um complexo fabril do Exército Português destinado à produção de bens alimentares para abastecimento dos militares, cujo projeto reuniu as ambições da instituição militar e dos poderes públicos: onde a primeira viu uma forma de assegurar as necessidades de autossuficiência do Exército, emancipando a sua alimentação das malhas da indústria particular, o Estado viu uma oportunidade de ter a sua própria indústria de moagem.

A sua instalação definitiva, que só se concretizaria passada uma década sobre a sua conceção, ficou a dever-se ao capitão de engenharia Joaquim Renato Baptista, cuja importância enquanto especialista em assuntos relacionados com a alimentação dos Exércitos está ainda por reconhecer. No seu plano de obras encontramos refletido o seu conhecimento acumulado sobre esta matéria, adquirido sobretudo através das suas viagens de estudo pela Europa, cujos estabelecimentos congéneres constituíram modelos para a conceção do projeto da Manutenção Militar portuguesa.

Este capítulo tem como principal objetivo reconhecer Joaquim Renato Baptista como uma referência na área da ciência alimentar,

através de uma leitura prosopográfica que explica o porquê de ter sido escolhido para instalar em definitivo um estabelecimento que pontificou como um dos complexos fabris mais relevantes de Portugal no panorama das indústrias de consumo. Por outro lado, procura evidenciar, através da análise de um caso concreto, a relevância do engenheiro militar, enquanto portador do conhecimento do que se faz “lá fora,” e da sua importância para a compreensão dos impactos da inovação científica e tecnológica no campo da indústria alimentar e, neste caso em concreto, na evolução da alimentação dos Exércitos, cujos enunciados subentendem as necessidades de defesa dos países e a garantia da preparação das suas tropas para contextos de guerra. Por último, visa sensibilizar para a necessidade de valorização da Manutenção Militar de Lisboa enquanto exemplo de inovação científica e tecnológica no âmbito da indústria alimentar portuguesa dos séculos XIX e XX, exemplo esse que se fica a dever, em grande parte, ao contributo dos técnicos envolvidos neste projeto.

1. MANUTENÇÃO MILITAR: NOTA INTRODUTÓRIA

A Manutenção Militar de Lisboa, fundada em 1897, foi um vasto estabelecimento do Exército português, destinado a abastecer os militares em géneros alimentícios, através da concentração das várias fases da produção do alimento do soldado num mesmo espaço. Pela extensão que atingiu – cerca de 80 000 m² –, bem como pelos postos de trabalho que criou com o seu progressivo crescimento, a Manutenção Militar marcou, do ponto de vista espacial e social, a área na qual se estabeleceu, instalando consigo uma dinâmica que muitos recordam, ainda hoje, quer pela sua atividade, quer pelos produtos que produziu. Por todas estas razões, pontificou como um dos complexos fabris mais desenvolvidos e relevantes de Portugal no panorama das indústrias de consumo.

O estabelecimento, que ocupou o extinto convento das Carmelitas e terrenos circundantes, no Beato, tendo começado pela moagem do trigo e pelo fabrico do pão, de massas e de bolacha, conheceu, até ao final da década de 1930, alterações na sua estrutura e atividade, passando a acolher unidades fabris para torrefação de café, descasque e moagem de arroz, produção de conservas, refinação de açúcar, bem como matadouro e salsicharia, leitaria, uma fábrica de manteiga e instalações para tratamento de vinhos. Na década de 1970, somar-se-iam a estas unidades uma pastelaria e confeitaria e uma fábrica de fritos. A par da parte fabril, instalaram-se também os indispensáveis serviços

auxiliares, como latoaria, canastraria, serração, lavandaria e até uma tipografia, e ainda diversos serviços sociais, nomeadamente a cantina, a creche, a caixa de previdência social e a assistência médica. A sua missão estendeu-se a todo o país através das suas sucursais, depósitos e messes. No contexto da Guerra Colonial, estes organismos foram também criados em África, a par dos supermercados da Manutenção, destinados a prestar apoio às famílias dos militares.

A sua atividade, que se regeu durante quase 120 anos pelo lema “Por bem trabalhar e melhor servir,” começou a estancar na década de 90 do século XX, fruto da perda de racionalidade de um estabelecimento deste cariz, no período que se seguiu ao 25 de Abril de 1974,¹ facto que se aliara aos processos de desindustrialização e de terciarização que viriam a decorrer na década de 1980 (Matos e Sampaio, 2014, 97). Já no presente século, as diversas fábricas e sucursais foram encerradas, num processo gradual que culminou na desativação do estabelecimento nos anos de 2014-2015 (Lopes 2010, 9).

A Manutenção Militar, no que diz respeito à sua sede em Lisboa, pode ser considerada hoje um autêntico reduto do património industrial contemporâneo português, quer pelo estado de conservação do seu património imóvel, quer por todo o significado histórico que concentra. Relativamente a esta última questão, cabe sublinhar que o seu percurso histórico se inscreve num conjunto de problemáticas relacionadas com o desenvolvimento económico português – e, em particular, com o desenvolvimento da indústria alimentar em Portugal -, estando ainda por ser apreendido, de forma aprofundada, à luz dos diversos contextos políticos, económicos e sociais que atravessou. A investigação que desenvolvemos na nossa dissertação de mestrado procurou contribuir para resolver parte dessa lacuna, ainda que só para o período fundacional (José 2017).² A sua história precisa de ser aprofundada e

¹ O estabelecimento desempenhou um papel de relevo no contexto da Guerra Colonial. Com o fim do conflito e o processo descolonização, motivos aos quais se somou a adesão de Portugal à CEE – que trouxe novos desafios para o estabelecimento, com o emergir de uma diferente lógica comercial que lhe retiraria a proteção do Estado português -, dá-se a “retração do dispositivo,” iniciando-se um último ciclo no percurso do estabelecimento, “do qual se salienta a redução não só de efetivos mas igualmente das tarefas que deixaram de ser prioritárias e rentáveis” (s.n. 1997, *1 Centenário da Manutenção Militar*, 9; Lopes 2010, 9).

² Neste trabalho propusemo-nos a descortinar as duas primeiras fases da história do estabelecimento, correspondentes ao processo de fundação, de organização e de

problematizada, esforço que defendemos ser fundamental para a imprescindível conservação e valorização da sua memória e do seu património imóvel, sobretudo numa altura em que decorre o processo da reconversão da sua área industrial, que deu lugar ao *Hub Criativo do Beato*.

2. JOAQUIM RENATO BAPTISTA, “CABOUQUEIRO” DA MANUTENÇÃO MILITAR DE LISBOA

Na história da fundação da Manutenção Militar os atores assumem um papel fundamental. Entre eles destacam-se os “homens de ciência,” responsáveis pela conceção do seu projeto. De facto, o início do seu percurso histórico deve ser lido na problemática da inovação e do desenvolvimento científico e tecnológico que caracterizou a *Bélle Époque*. Assim, na sua criação atestam-se os pontos de contacto com o que neste domínio se ia operando na Europa, quer no que diz respeito aos processos de fabrico adotados, quer no conceito do próprio empreendimento, que emerge como um “produto” da engenharia militar do final do século XIX.

O saber científico e técnico, acumulado nos homens convocados para tomarem parte nos trabalhos, reflete-se notavelmente nesta instituição. Esta questão torna-se mais relevante se sublinharmos a presença dos engenheiros nas duas comissões nomeadas para viabilizar o empreendimento e proceder à sua instalação, facto que obriga à leitura do projeto da Manutenção Militar como resultado dessa ambiência vivida na segunda metade do século XIX, em que se reconhecia o papel e a importância dos engenheiros, a par do que se observava noutros países europeus, “como agentes portadores de inovação científica e tecnológica,” dinâmica que no nosso país esteve fortemente associada, por um lado, à engenharia militar e, por outro, aos contactos estabelecidos entre os nossos engenheiros e os dos países vizinhos (Rollo e Pires 2012, 20).

No caso dos engenheiros militares, como ficou demonstrado no mais recente trabalho de José Luís Assis (Assis 2016), o seu contributo ficava a dever-se não só à formação e à experiência adquirida no

consolidação da sua missão, iniciando a nossa abordagem em 1886 – que corresponde ao início do processo que conduziria à sua fundação, em 1897 – e terminando-a no início da 1ª Guerra Mundial, em 1914.

desempenho da sua profissão, mas também a outro tipo de contactos, como a participação em exposições e congressos da sua área, às permutas estabelecidas com outros polos de engenharia – através, e principalmente, da imprensa militar dedicada a estas matérias – e às viagens e missões científicas “às diversas capitais e cidades da Europa e dos Estados Unidos” (Assis 2016, 315; Matos e Diogo 2004, 191). Nas suas deslocações aos “grandes centros da Ciência e da Indústria,” estes homens visitavam “hospitais, caminhos-de-ferro, construção de portos, laboratórios, estabelecimentos industriais e científicos e arsenais,” e esperavam que as suas observações contribuíssem, no regresso, para o desenvolvimento e aperfeiçoamento material do país (Assis 2016, 315).

Tendo em conta o que fica exposto, a figura de Joaquim Renato Baptista é a referência que somos obrigados a reter nesta história. Não podendo descurar o trabalho meritório da comissão de 1886 – assunto que retomaremos neste capítulo -, é a Joaquim Renato Baptista que se fica a dever a instalação definitiva da Manutenção Militar. Ao seu nome ficaria associado o epíteto de “cabouqueiro da M.M.,” como encontramos na revista *Manutenção Militar*, publicada já nos anos de governação de Marcelo Caetano:

Foi ele o autor do projeto de adaptação do extinto Convento de Agostinhas, ao Beato, e dos terrenos adjacentes para, aí, serem instalados os serviços da Manutenção Militar – projeto grandioso que só foi, então, parcialmente realizado (s.n. 1969, Manutenção Militar, Ano I, n.º 1, 1969, 7).

O facto de ter assumido o projeto numa fase já avançada – não tendo integrado as comissões constituídas anteriormente, que contaram, no entanto, com outros engenheiros de renome – levou-nos a recorrer a um exercício prosopográfico que nos permitisse compreender o porquê de ter recaído sobre si a difícil tarefa de levar a cabo a instalação definitiva da Manutenção Militar.

Joaquim Narciso Renato Descartes Baptista (1855-1900), natural de Lisboa, frequentou o curso geral da Escola Politécnica, diplomando-se, de seguida, em engenharia militar na Escola do Exército, curso que concluiu em 1878. Em 1880 e 1886 empreendeu duas viagens de estudo à França com o fim de “estudar os últimos aperfeiçoamentos realizados no que diz respeito aos serviços da engenharia militar,” devendo, no seu regresso, apresentar relatórios com base nas observações que fizera e que

julgasse terem aplicação em Portugal.³ Em 1884, pela mesma *Ordem do Exército* que o promoveu a capitão, foi designado comandante da 1ª companhia do 1º batalhão do Regimento de Engenharia. No ano seguinte, passaria ao Estado-Maior da mesma arma.

No seu percurso militar foi também destacado para a província de Moçambique, no ano de 1891, tendo depois regressado ao Estado-maior. Foi também engenheiro da Câmara Municipal de Lisboa e lente da Escola do Exército.

Ao longo da sua atividade profissional foi indigitado para dirigir várias obras destinadas a fins militares, algumas delas de apropriação de espaços, como sucederia com a Manutenção Militar. São exemplos desses trabalhos a adaptação do antigo palácio do Conde de Resende, a Santa Clara, destinado a servir de quartel de um regimento de infantaria, a direção das obras do arquivo do Ministério da Guerra, também em Santa Clara, e a direção das obras de instalação da escola prática de infantaria e cavalaria em Mafra. Foi também chamado a tomar parte em várias comissões, destacando-se entre elas a comissão encarregada de elaborar um anteprojecto para a reconstrução do quartel de engenharia e a comissão para a organização de um programa de concurso para a apresentação de projectos destinados a escolas primárias, trabalho pedido pelo Ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria (s.n. 1898, *Revista de Obras Públicas e Minas*, Tomo XXIX, n.º 337 a 339, 1898, 131-161).

Joaquim Renato Baptista foi ainda diretor da *Revista de Ciências Militares*, publicada entre 1885 e 1893 – na qual também publicou artigos –, e sócio efetivo da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses, em cujas sessões chegou a fazer algumas intervenções de relevo. Foi também incumbido de escrever uma “história da engenharia militar em Portugal,”⁴ trabalho que parece não ter saído à luz do dia, uma vez que não encontramos referências à sua publicação ou existência.

³ Nota de 4 de Junho de 1880, do comando geral de engenharia, para a Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra. *AHM*, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 1055, Joaquim Renato Baptista; Ofício do Ministério da Guerra de 5 de Junho de 1886. *Ibid.*.

⁴ Em *Ordem do Exército*, n.º 15, de 1894, 2ª série, informação que encontramos no seu processo individual. Cf. *AHM*, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 1055, Joaquim Renato Baptista.

O seu caminho cruza-se com a Manutenção Militar logo em 1889. A decisão de a instalar no antigo convento das Grilas obrigara a que os serviços que ali se encontravam acomodados, na dependência do Ministério da Guerra, fossem transferidos para outro local: o convento das Grilas servia de morada a viúvas de oficiais do Exército que viviam em condições precárias, e na cerca do convento tinham sido construídos barracões para abrigar algum material do comando geral de artilharia.⁵ Joaquim Renato Baptista foi então encarregue de informar o Ministério da Guerra sobre a possibilidade de o ex-convento de Chelas ser suscetível de aplicação militar, com o fim de se proceder a esta transferência. Depois, no ano de 1895, foi incumbido de apresentar um relatório sobre a possibilidade de se adaptar o espaço e os edifícios existentes no local escolhido para a instalação da Manutenção Militar. O capitão de engenharia apresentou as suas conclusões no dia 12 de setembro desse ano (Baptista 1899, 323), trabalho pelo qual seria louvado.⁶ Em Janeiro de 1896 torna-se diretor das obras da Manutenção Militar (Baptista 1899, 325).

Pelo decreto de 11 de Junho de 1897, que sancionou a fundação da Manutenção Militar de Lisboa, Joaquim Renato Baptista foi nomeado chefe interino da sua secção técnica, cargo do qual seria exonerado no final desse ano, continuando à frente da direção de obras do estabelecimento até Agosto de 1898 (Baptista 1899, 325). Morreu no dia 2 de Novembro de 1900, sem ver o seu ambicioso projeto totalmente concretizado.

É através dos artigos que publicou na imprensa militar e da especialidade de engenharia, bem como das intervenções que fez nas sessões da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses, que deslindamos o seu pensamento e como a ele subjaz o conhecimento adquirido nas suas viagens de estudo. Sempre preocupado com a situação da engenharia portuguesa, a Renato Baptista se ficou a dever a apresentação de uma proposta, em 1893, que visava fazer ver ao governo “a conveniência de que a engenharia portuguesa” se encontrasse “devidamente representada” na exposição de Chicago, bem como nos

⁵ Esta informação é-nos facultada por uma intervenção feita na Câmara dos Pares pelo par do reino Fernando Larcher, a propósito do convento de Chelas. Cf. *Diário da Câmara dos Pares do Reino*, n.º 16, 17 Agosto 1897, 186-189.

⁶ Por portaria de 7 de Abril de 1896, informação que encontramos no processo individual do capitão de engenharia. *AHM*, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 1055, Joaquim Renato Baptista.

congressos que durante esta decorressem (s.n. 1893, *Revista de Obras Públicas e Minas*, Tomo XXIV, n.º 277 e 278, 1893, 60-61). Chegou mesmo a publicar um longo artigo, que se dividiria por vários números da *Revista de Ciências Militares* – entre os anos de 1889 e 1893 – sobre a organização da engenharia em Portugal. Na sessão de 6 de Maio de 1899 da Associação dos Engenheiros Cívicos Portugueses fez uma importante intervenção na discussão relativa aos meios de promover a colocação profissional dos engenheiros, defendendo a criação de um curso de engenheiros industriais na escola do Exército e fundamentando, com recurso aos exemplos europeus, a pertinência da sua presença nas indústrias (s.n. 1899, *Revista de Obras Públicas e Minas*, Tomo XXX, n.º 353 e 354, 1899, 376 e ss.).

O engenheiro mostrou-se particularmente atento a matérias relacionadas com o bem-estar das tropas. No seu entender, a garantia desse bem-estar começava na construção dos quartéis, que deveria obedecer “aos princípios científicos,” assegurando as condições materiais e de salubridade necessárias à higiene e, conseqüentemente, à saúde dos homens. A sua visão integrada e fundamentada, tendo como referências os quartéis que visitara no estrangeiro, leva-o a fazer uma intervenção relacionada com esta matéria numa sessão da Associação dos Engenheiros Cívicos Portugueses, conferência que seria depois publicada na *Revista de Obras Públicas e Minas*.⁷

No que diz respeito à alimentação dos exércitos, é de destacar o artigo intitulado “Fornos de Campanha,” publicado em 1887, um trabalho de análise e crítica tecnológica que procurou salientar as vantagens do forno do sistema *Geneste, Herscher e Somasco* face ao antigo forno *Lespinasse*, e no qual fundamentou as suas apreciações com base no conhecimento adquirido sobre as experiências feitas na padaria militar do *Quai de Billy*, em Paris, uma das principais referências da Manutenção Militar (s.n. 1887, *Revista de Ciências Militares*, n.º 19 a 24, 1887, 182-192).

Mas a “grande obra” do currículo de Renato Batista seria a Manutenção Militar de Lisboa, empreendimento que o obrigou a convocar as suas reflexões sobre a alimentação dos militares. Na verdade, a sua maior análise sobre a problemática da alimentação dos

⁷ A intervenção surge referenciada como uma “comunicação do sócio J. Renato Descartes Baptista acerca da construção dos quartéis militares, encarada principalmente sob o ponto de vista da higiene” (s.n. 1888, *Revista de Obras Públicas e Minas*, Tomo XIX, n.º 221 a 222, 163-192).

exércitos encontra-se na obra *A Manutenção Militar de Lisboa*, publicada em 1898, um trabalho de natureza não oficial no qual fez publicar as suas apreciações sobre o projeto (Baptista 1899).

Neste livro encontramos refletido o conhecimento que acumulara sobre esta matéria, adquirido sobretudo através das suas viagens de estudo pela Europa e das suas visitas aos estabelecimentos congêneres, que constituíram modelos para a conceção da Manutenção Militar portuguesa. O trabalho oferece-nos, de forma aprofundada, o pensamento do capitão de engenharia a propósito das opções que fizera na instalação definitiva do organismo, devendo por isso ser lido a par do plano de obras que concebera a título oficial. Nele nos presenteia com profundas descrições e apreciações relacionadas com as matérias-primas necessárias ao fabrico do pão, o trigo, o centeio e o milho, dissertando com conhecimento sobre as suas origens, constituição e valores nutritivos, sustentando as suas observações com base em estudos sobre a matéria. Procedera da mesma forma relativamente aos processos de fabrico – do pão, das massas, da bolacha, do *pão de campanha* – e ao que de mais moderno se aplicava nestes em termos tecnológicos.

Todo o trabalho deixa transparecer o seu pensamento, constituindo por isso um elemento fundamental para a compreensão da história da Manutenção Militar. Por um lado, nele se comprova que teve como referências os estabelecimentos congêneres existentes em países como a França, a Itália, a Espanha, a Alemanha, a Áustria, a Rússia e a Bélgica. Por outro, é através dele que o capitão nos elucida sobre o que se praticava nos exércitos vizinhos em termos alimentares, baseando-se nas visitas que fez a alguns desses estabelecimentos e nos processos de fabrico e na maquinaria que neles viu funcionar para justificar as opções que fez no plano que traçou para a Manutenção Militar portuguesa. Foi o conhecimento acumulado sobre este assunto, aliado à permanente preocupação em garantir a qualidade da alimentação do soldado, que lhe permitiu conceber o projeto para instalar uma manutenção militar em Portugal, na esperança de que, nesta matéria, o país pudesse acertar o passo com os congêneres europeus e colocar-se lado a lado com os “povos civilizados” (Baptista 1899, 419).

Cabe ainda referir que, ao longo da sua carreira militar, Joaquim Renato Baptista foi largamente condecorado e louvado.⁸ Destacamos o louvor que recebeu pelo trabalho desempenhado na Manutenção Militar:

*[...] porque tendo sido encarregado de dirigir as obras de ampliação dos edifícios onde se acha estabelecida a escola do exercito, e bem assim de proceder aos estudos e trabalhos necessários para a instalação da padaria militar no edificio da manutenção do estado e para a escolha dos melhores aparelhos para a laboração da mesma fabrica, se houve nos desempenhos d'estes serviços com inexcédível zelo e solitudine, manifestando muita inteligência, aturado estudo e profundos conhecimentos sobre os assumptos a que tão dedicadamente se entregou.*⁹

A sua competência e experiência em reconverter e adaptar edifícios para fins militares explica a sua indicação para desbloquear o empreendimento da Manutenção Militar. Pelo seu falecimento, a *Revista de Engenharia Militar* cuidou de lembrar este feito:

*Pela erudição e amor ao trabalho, foi encarregado de muitas comissões, tendo sido louvado pelo zelo, inteligência, aturado estudo e profundos conhecimentos que manifestou sobre assuntos a que dedicadamente se entregou [...] e bem assim de proceder aos estudos e trabalhos necessários para a instalação da padaria militar no edificio da manutenção do estado e para escolher os melhores aparelhos para laboração da mesma fábrica. (Revista de Engenharia Militar, n.º 9, 1900, 570)*¹⁰

⁸ Em 1886, foi ordenado cavaleiro da ordem militar de Nosso Senhor Jesus Cristo, e, no mesmo ano, louvado pelo comando geral de engenharia pela forma como havia desempenhado as diversas comissões de serviço que lhe foram cometidas. Em 1888, recebeu a medalha de prata de comportamento exemplar, e no ano seguinte foi distinguido como cavaleiro da *antiga nobilissima e esclarecida Ordem de S. Tiago de mérito científico, literário e artístico*. No ano de 1893, como cavaleiro da ordem militar de S. Bento de Avis e oficial honorário às ordens de Sua Majestade El Rei e, no ano seguinte, foi distinguido como oficial da última ordem enunciada. Em 1897 recebeu a medalha militar da classe de bons serviços, reconhecida pelo Supremo Conselho de Justiça Militar. Cf. *AHM*, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 1055, Joaquim Renato Baptista.

⁹ Portaria de 7 de Abril de 1896, conforme informação contida no seu processo individual. *AHM*, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 1055, Joaquim Renato Baptista.

¹⁰ Joaquim Renato Baptista morreu em Novembro. Contudo, por engano no processo de encadernação da revista, a referência à sua morte vem no número citado.

3. UMA MANUTENÇÃO MILITAR PARA O EXÉRCITO PORTUGUÊS: AMBIÇÕES E ATORES

A criação de uma Manutenção Militar em Portugal teve como fim constituir um novo estabelecimento para alimentar os militares portugueses, numa altura em que o Exército não contava com um serviço de alimentação próprio para o efeito. Contudo, o processo da sua instalação não foi, como em todos os projetos desta envergadura, simples nem imediato. Difícil é mesmo, em termos empíricos, “agarrar” a ponta do novelo desta iniciativa. Mas se é certo que a bibliografia que se refere à Manutenção Militar marca a sua fundação em 1897, é o percurso que a antecede que explica as motivações que lhe estiveram subjacentes.

A Manutenção Militar encontra os seus precedentes na Padaria Militar, criada a título experimental por iniciativa do general marquês Sá da Bandeira, à data ministro da Guerra. Visando o fornecimento direto de pão ao Exército, o estabelecimento, inaugurado em Fevereiro de 1862, foi instalado num “terreno pertencente ao quartel do Regimento de Infantaria n.º 2, na Rocha do Conde de Óbidos” (Pinto 1966 II vol., 321), sendo servido por praças desse corpo e abastecendo, além deste regimento, o Regimento de Infantaria n.º 7.¹¹ Os resultados obtidos foram de tal forma relevantes que, passados apenas quatro meses sobre a sua inauguração, o governo foi autorizado a ampliar o seu serviço, com vista a estender o fornecimento de pão a todas as unidades de guarnição de Lisboa, bem como às de Santarém (s.n. 1947, *Notícia histórica sobre os estabelecimentos fabris do Ministério da Guerra*, 51).¹² No ano de 1863, a Padaria Militar recebeu o seu primeiro regulamento e em 1870 passou a estar subordinada à Direção de Administração Militar (Lopes 2010, 7; Pinto 1966, I vol., 321-322, 341).

No entanto, as suas instalações e processos de fabrico, entendidos desde a sua criação como provisórios, depressa acusaram sinais de esgotamento. De facto, na década de 1880 parece que se equaciona avançar para uma reconversão da Padaria, embora esse passo só fique claro, no que diz respeito a informação empírica disponível, com a

¹¹ *Relatório de Gerência* 1913, 1.

¹² Foram ainda organizadas sucursais em Bragança, Porto, Chaves, Elvas, Évora, Guarda, Lagos, Leiria, Viana do Castelo, Viseu e no Funchal. *Relatório de Gerência* 1913, 1.

nomeação, em 1886, de uma comissão destinada a estudar a viabilidade de se proceder a essa transformação.

Os primeiros movimentos que apontam neste sentido registam-se logo em 1884, por iniciativa do Ministério da Guerra – na altura em que era Fontes Pereira de Melo o detentor desta pasta –, conforme nos informa a *Crónica Interna da Revista Militar* desse ano: a “autoridade superior militar” encontrava-se resolvida em construir uma “manutenção militar, no local das antigas cavalaria reais, em Belém”. Pretendia-se que este estabelecimento tivesse as condições necessárias para “poder abastecer não menos de 60000 homens, em circunstâncias extraordinárias,” o que se revelava não ser possível com os edifícios da padaria militar, “mui acanhados e dispersos.” Nesta notícia expunham-se já as vantagens que adviriam da construção de uma manutenção militar, salientando-se que daí resultariam “importantíssimas economias para o ministério da guerra,” que poderiam vir a ser posteriormente aplicadas “ao desenvolvimento e criação de outros serviços indispensáveis” (s.n. 1884, *Revista Militar*, n.º3, 1884, 93-94).

Somam-se a esta outras pistas que nos indicam que a ideia já fazia caminho. Desde logo, no primeiro relatório oficial elaborado pela referida comissão nomeada em 1886, os seus membros esclarecem que aproveitaram “os estudos que sobre o assunto foram feitos por um ilustrado oficial de artilharia do nosso exército que, no estrangeiro, visitou e analisou pessoalmente aqueles estabelecimentos e o seu modo de funcionar.”¹³

O passo oficial seria dado em 1886: tendo em vista “proceder à organização de uma padaria militar” que pudesse satisfazer o “fornecimento geral do pão às tropas, de modo a conciliar a boa qualidade do produto com a impreterível economia da administração dos rendimentos públicos,” o então detentor da pasta da Guerra, o Visconde de São Januário, nomeava, por portaria de 30 de Junho, uma comissão especial, incumbindo-a de examinar os projetos que lhe fossem

¹³ *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, n.º 79, 1888, 1416. No entanto, a omissão do nome desse oficial, bem como o facto de esta informação não tornar a ser referida em qualquer outra fonte, dificulta a tarefa de deslindar quem foi este militar.

apresentados e escolher aquele que lhe parecesse “mais adequado (...) ao fim indicado.”¹⁴

Mas a comissão fora mais longe, chamando a atenção para a necessidade, que considerava urgente, de organizar um verdadeiro serviço de alimentação do Exército em Portugal. Argumentava, no seu relatório:

*Se quisermos [...] que entre nós se lancem os fundamentos de uma nova instituição, tão necessária quanto proveitosa, que não só forneça pão mas também bolacha, o grande alimento auxiliar, mas ainda conservas para homens e para gado, e que essa vantagem reúna ainda as de não só fornecer as tropas do exército ativo, mas as da marinha, as guardas municipais, os hospitais militares e talvez alguns grandes estabelecimentos civis, o que é perfeitamente exequível [...] como podemos e devemos fazê-lo, fundar uma manutenção militar, modelada pela estrutura e normas das suas similares no estrangeiro.*¹⁵

A solução não podia limitar-se a uma mera melhoria da Padaria Militar. Assim, a proposta da comissão passava por lhe anexar uma moagem, uma vez que a transformação do cereal para fabrico do pão para o Exército era feita com recurso à indústria particular ou através da compra de farinha no mercado. Nesse sentido, o seu pensamento norteava-se pela adoção de um sistema de administração direta para abastecimento dos militares, racional, que compreendesse num mesmo organismo todas as fases do processo de fabrico do alimento do soldado, “desde a receção da matéria-prima até ao fornecimento do produto.”¹⁶

Se estava bem arrumado na cabeça destes homens que a solução passava pela instalação de uma manutenção militar, mais claro estava que esta deveria ter como modelos os estabelecimentos congéneres, localizados em países como a França, a Alemanha, a Áustria-Hungria e

¹⁴ *Ordem do Exército*, n.º14, 1886, 369. A comissão era constituída por: Ladislau Miceno Machado Álvares da Silva, coronel de engenharia; João Carlos Rodrigues da Costa, major do regimento de artilharia n.º 4; António Caetano Pereira, diretor da padaria militar, à data major do estado-maior de infantaria; Jacinto Parreira, capitão de engenharia; e António Cordes de Avelar, segundo oficial da direção da administração militar. O primeiro assumiria as funções de presidente, enquanto o último serviria de secretário. Os restantes seriam vogais.

¹⁵ *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, n.º. 79, 1888, 1413.

¹⁶ *Ibid.*, 1417.

a Itália, não só no que dizia respeito aos sistemas adotados pelas “principais nações” para o abastecimento dos respetivos exércitos, mas também relativamente aos processos de fabrico em uso.¹⁷

*As principais nações (...) possuem para o fornecimento de víveres duas ordens distintas de serviços – o da paz e o da guerra. O primeiro (...) resume-se, geralmente, no estabelecimento de manutenções militares para as praças de guerra e grandes guarnições. O segundo, que acompanha os exércitos em marcha, dispõe dos depósitos móveis (...) segue munido do material próprio as tropas em movimento, e em estação as fornece do alimento indispensável.*¹⁸

Fundamentada a pertinência e confirmada a viabilidade de se instalar uma manutenção militar, a comissão avançava uma proposta de local para o seu estabelecimento: a sua escolha recairia sobre o antigo Convento das Carmelitas – conhecido como convento das Grilas –, situado no Beato.¹⁹ O local, amplo, convivendo com o Tejo, “reunia condições excelentes para a implantação de unidades industriais,” sobretudo no que dizia respeito às acessibilidades, “devido à proximidade do rio e do caminho-de-ferro do Norte” (Folgado e Custódio 1999, 108).

Restava que o empreendimento fosse sancionado pelos poderes públicos. Neste domínio, a proposta não esbarrou contra qualquer tipo de oposição, tendo-se aliás verificado um consenso político em torno do projeto, embora as vantagens fossem lidas num outro domínio: o de garantir ao Estado a sua própria moagem.

Nesta linha de pensamento, o contexto em que o empreendimento foi sancionado é, desde logo, muito revelador dessa intenção. O parecer da comissão foi lido na Câmara dos Deputados, na sessão de 4 de Maio de 1888, a pedido do Ministro da Fazenda, Mariano de Carvalho. Seguir-se-ia o lançamento da proposta de criação de uma manutenção militar,

¹⁷ Como desde logo se verifica na opção imediata pelo sistema de moagem austro-húngaro, uma novidade tecnológica à época no campo da produção de farinhas (Duarte 2012).

¹⁸ *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, n.º 79, 1888, 1416.

¹⁹ Disponível em função da extinção das ordens religiosas. O convento das religiosas Descalças de Santo Agostinho, conhecido como convento das freiras Grilas, foi fundado por iniciativa da rainha D. Luísa de Gusmão, na segunda metade do século XVII (Matos e Paulo 1999, 73-75).

enquadrada numa proposta de lei tendente a regular o comércio do trigo, através da elevação dos direitos sobre o trigo importado.

Na verdade, a ocasião não poderia ser mais oportuna: é na intervenção de Mariano de Carvalho, que precede a apresentação da sua proposta de lei, que se transmitem as conclusões do I Congresso Agrícola, realizado nesse ano de 1888, durante o qual a Real Associação Central da Agricultura Portuguesa “havia assinalado a necessidade de ver aumentados os direitos de importação sobre os trigos” (Pires 2004, 40). As conclusões do Congresso, aliadas à crescente pressão que a *Lavoura* vinha impondo ao Governo, alegando ver-se lesada pela *Moagem*, que preteria os trigos nacionais em prol do exótico, levariam a que, como elucida Ana Paula Pires, o Governo de Luciano de Castro promulgasse o protecionismo cerealífero em Julho de 1889, “proibindo a importação de trigo enquanto não estivesse vendida, na totalidade, a produção nacional” (Pires 2004, 40).

É, portanto, neste contexto da apresentação das conclusões do I Congresso Agrícola, que se reforça a pertinência da criação de uma manutenção militar em Portugal. Segundo Mariano de Carvalho, a Padaria Militar já não satisfazia as necessidades do exército e não podia “prover as da armada, nem as dos numerosos estabelecimentos dependentes dos ministérios do reino e da justiça”.²⁰ Propunha-se, assim, no artigo 4º da proposta de lei, a criação, no local proposto pela comissão, de “uma manutenção militar, compreendendo fábricas de moagens, de panificação, de bolacha, de depósitos, armazéns, cocheiras e cavalariças.”²¹

A proposta encontraria a sua materialização na Carta de Lei de 19 Julho de 1888, que sancionou oficialmente a criação do estabelecimento. O governo ficava então autorizado a instalar uma manutenção militar, quer fosse no convento indicado, quer noutra local na margem direita do Tejo que se revelasse apropriado, em conformidade com as bases do plano que havia sido apresentado pela comissão nomeada em Junho de 1886. É na mesma Carta de Lei que se verifica que a missão do estabelecimento foi ampliada, já não se circunscrevendo ao fornecimento dos militares. O organismo deveria estar apto a fornecer

²⁰ *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, n.º 79, 1888, 1411-1412.

²¹ *Ibid.*.

(...) o exército, a armada e os corpos e estabelecimentos dependentes dos ministérios do reino, justiça, guerra e marinha, empregando, quanto possível na alimentação das tropas do norte o milho e o centeio; bem assim poderá vender farinhas para as padarias municipais e para o público.²²

Nos anos que se seguem ao arranque do projeto, verifica-se um consenso em torno deste empreendimento, manifesto através das intervenções feitas sobre o assunto nas Câmaras dos Deputados e dos Pares, e que deixam transparecer as motivações da classe política portuguesa. Por um lado – e não restavam dúvidas quanto a isso –, a criação de uma manutenção militar seria, certamente, “um dos mais valiosos serviços prestados ao exército”, posto que garantiria a quantidade e a qualidade da alimentação do soldado, não esquecendo as lógicas de autossuficiência e, em última análise, de defesa, que lhes estavam subentendidas (s.n. 1884, *Revista Militar*, n.º 3, 1884, 94). Por outro, significava emancipar este fornecimento das malhas da indústria privada, em particular da de moagem, e, por associação, libertar o Estado desta mesma malha, permitindo-lhe abastecer a capital em caso de greves de padeiros ou moageiros. Uma manutenção militar não só auxiliaria o Estado, enquanto instrumento para lidar com questões de ordem pública, como o “alforriava” da esfera dos interesses da indústria de moagem numa matéria desde sempre problemática: a questão cerealífera (Ferreira 1999, 212).

De facto, o ampliar da missão do empreendimento, agora alargada a outras esferas que não apenas a militar, obrigou a uma reformulação das projeções feitas pela comissão de 1886. Essa tarefa coube a uma nova comissão, nomeada a 23 de Agosto de 1888 pelo Ministério da Fazenda, à qual competiu “apressar a instalação da Manutenção, por conta do Estado” (Pinto 1966, II vol., 373-374).²³ As obras começaram em 1889, mas os anos que se seguiram ficaram marcados por avanços e bloqueios que culminaram na suspensão do projeto nos anos de 1892 e

²² Carta de Lei de 19 de Julho de 1888, *Legislação Portuguesa*, 1888, 259.

²³ A comissão seria composta pelos seguintes indivíduos: Jerónimo da Cunha Pimentel, à data diretor da Cadeia Geral Penitenciária do distrito de Lisboa, e que assumiria o cargo de presidente; Francisco de Almeida e Brito, agrónomo de formação e deputado; Fernando Matoso dos Santos, também deputado e inspetor do serviço técnico aduaneiro; José Quintela Emaús Gonçalves, à data vogal e subsecretário do conselho superior das Alfândegas; António Caetano Pereira, que integrara a comissão anterior, agora tenente-coronel de infantaria, e que continuava a ocupar o cargo de diretor da Padaria Militar; José Maria Teixeira Guimarães, capitão-tenente; Augusto Fuschini, engenheiro civil e deputado; Jacinto Parreira, capitão de engenharia, que integrara, também, a primeira comissão, e que serviria como secretário desta.

1893, opção para a qual muito contribuiu a crise económica e financeira de 1890 e 1891.

Em 1895, após um curto interregno, o capitão de engenharia Joaquim Renato Baptista foi incumbido de conceber um novo plano, visando a instalação definitiva do estabelecimento. A ele se ficou a dever este feito. A moagem e a padaria começaram a sua laboração em 1896 e, a 11 de Junho de 1897, saía finalmente à luz do dia o decreto fundador da Manutenção Militar de Lisboa, que aprovava simultaneamente o seu *Plano de Organização*. No seu artigo 1º podia ler-se que o organismo tinha como fim “satisfazer ao fabrico de farinhas, pão e outros produtos alimentares, e seu fornecimento ao exército, à armada e aos corpos e estabelecimentos dependentes dos ministérios do reino, justiça, guerra e marinha,” nos termos do que ficara definido na Carta de Lei de 19 de Julho de 1888.²⁴ Passada uma década sob o início da sua conceção, o decreto fundacional da Manutenção Militar de Lisboa confirmava as motivações que nortearam a sua criação, colocando-se em evidência que a sua missão não ficaria circunscrita ao domínio militar.

CONCLUSÃO

A história da criação da Manutenção Militar de Lisboa é uma história de ambições económicas e sociais e de atores, entre os quais se destacam os engenheiros. Neste projeto se confirma, como noutros do âmbito das obras públicas, a relevância da figura do engenheiro na sociedade portuguesa – e, neste caso em particular, do engenheiro militar – enquanto embaixador do conhecimento do que “se faz lá fora” (Rollo e Pires 2012, 20; José 2017, 36-37). Dos homens de ciência envolvidos neste empreendimento ressalta a importância da figura de Joaquim Renato Baptista, responsável pela instalação definitiva da Manutenção Militar de Lisboa. Deve-se ao seu trabalho, experiência e conhecimento o acelerar do processo de instalação que permitiu a sua fundação no ano de 1897, passada uma década sobre o início da sua conceção. A sua escolha, como procurámos demonstrar a partir do exercício prosopográfico apresentado, terá ficado certamente a dever-se à sua experiência em adaptar edifícios para fins militares, e ao facto de ser um entendido em assuntos relacionados com a alimentação dos exércitos.

²⁴ Decreto de 11 de Junho de 1897, *Legislação Portuguesa*, 1897, 182.

Reunindo em torno do mesmo projeto as ambições da instituição militar e dos poderes públicos, a Manutenção Militar de Lisboa constituiu um empreendimento de emancipação: onde aquela viu uma oportunidade para organizar um verdadeiro serviço de subsistências do Exército português, capaz de garantir o seu abastecimento em géneros em permanência, sem depender da indústria privada para o efeito, estes viram uma forma de dotar o Estado da sua própria indústria de moagem, emancipando, por um lado, a alimentação das tropas portuguesas das malhas da indústria particular, e garantindo, por outro, um instrumento para fazer face aos impactos das greves de padeiros e moageiros na capital. O estabelecimento chegou a desempenhar este papel, bem como a auxiliar o Estado no abastecimento de estabelecimentos que se encontravam sob a sua dependência, como hospitais, asilos e prisões, colocando-se assim em evidência que a história da Manutenção Militar portuguesa extravasa, logo desde a sua génese, e em vários domínios, a sua existência enquanto organismo do Exército.

Cabe ainda sublinhar o significado da Manutenção Militar no âmbito do desenvolvimento da indústria alimentar em Portugal, tendo em conta quer os processos de fabrico que lhe estão associados e o que significam em termos de inovação, quer as preocupações inerentes à evolução da alimentação dos Exércitos – sejam elas a qualidade, o equilíbrio dos valores nutritivos, a conservação –, bem como as lógicas de defesa que lhe estão associadas. Neste sentido, o capitão Joaquim Renato Baptista revelou-se um verdadeiro entendido na matéria.